

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Objeto: Parecer ao Projeto de Lei Nº. 308/2023

Assunto: Cria o Programa Lélia Gonzalez de Educação Antirracista no Município do Natal.

Autor(a): Ver. Brisa Bracchi

PARECER - 109/2023

Ementa: Análise de projeto de lei.
Comissão de justiça. Parecer pela
constitucionalidade favorável.

I - DO RELATÓRIO

O Projeto de Lei Nº. **308/2023**, que ora tramita nesta Casa Legislativa por interesse do(a) **Vereador(a) Brisa Bracchi**, baixou à Comissão de Justiça, Legislação, Justiça e Redação Final, estando sob a incumbência deste Relator, ora signatário, para a emissão de Parecer, notadamente sob os prismas constitucional, legal, regimental e técnico-formal.

O projeto veio acompanhando de sua minuta e justificativa para proposição.

Consta nos autos Certidão do Departamento Legislativo atestando a **inexistência** de proposição similar em tramitação ou já convertida em lei semelhante.

É o que importa relatar.

II - DO FUNDAMENTO

A matéria que se propõe a tratar a proposição legislativa será analisada sobre os aspectos legais e constitucionais cabíveis.

Quanto à constitucionalidade formal subjetiva, ou seja, à iniciativa do projeto de Lei, verifica-se que as normas que se pretende introduzir pela presente propositura possuem natureza jurídica, consistindo em desdobramento normativo, no plano local, de disposição principiológica imposta a todos os entes federados por força do inciso III do art. 1º da CF/88.

Tais leis são de iniciativa comum aos Poderes Executivos e Legislativos, mesmo quando, de modo genérico e abstrato, prevejam mecanismos que imponham sanção ao obrigação.

Isso se dá porque a fiscalização sobre a observância da ordem jurídica vigente é função típica do Poder Legislativo e, assim sendo, o fato de uma determinada norma de iniciativa de um vereador prever sanção genérica para sua desobediência não implica em criação de obrigação ao Poder Executivo.

A partir da Constituição Federal de 1988, marcada pela prevalência dos direitos fundamentais, especialmente no que diz respeito à centralidade do princípio da legalidade (hoje compreendido de forma mais holística como *juridicidade*), estatuída no inciso II do art. 5º da CF/88, bem como, por indispensável consideração ao princípio democrático previsto no parágrafo único do art. 1º, entende-se que a legitimidade para iniciar o processo legislativo em matéria atinente à concretização de direitos é comum aos Poderes Executivo e Legislativo.

De início, como sói acontecer, clarificamos que a presente fundamentação está alicerçada nas competências desta Comissão, no que explicita o Regimento Interno da Câmara Municipal do Natal (RICMN), *verbis*:

**Art. 62 - A Comissão de Legislação, Justiça e Redação
Final tem as seguintes áreas de atividades:**

**I - Aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental,
de técnica legislativa e correção de linguagem de**

**todas as proposições sujeitas à apreciação da
Câmara;**

No mérito, Trata-se de Projeto de Lei de autoria do(a) Vereador(a) Brisa Bracchi que Cria o Programa Lélia Gonzalez de Educação Antirracista no Município do Natal.

A autor(a) justificativa que presente projeto tem por finalidade promover um diálogo cada vez mais qualificado no ambiente escolar sobre um tema que remonta à formação do nosso país, mas que ainda macula as relações cotidianas. Logo, a presente proposta, alinhada ao que preconiza a Lei Federal nº 10.639/2003, que, em âmbito nacional, indica a inclusão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Ademais, a proposição também se coaduna com a Lei Federal n.º 11.645, de 10 março de 2008, que altera a Lei Federal nº 10.639/2003, que também torna obrigatório o estudo sobre a cultura e a história indígena, nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.

Ante o exposto, por zelo e respeito ao devido processo legislativo, foi a proposição encaminhada a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final — nos termos do art. 53 do Regimento Interno desta Casa —, à qual cabe analisar o projeto quanto à constitucionalidade e conformidade com os princípios do nosso ordenamento jurídico.

Nesse íterim, analisando o Projeto de Lei, verifica-se que a matéria em comento se ajusta à competência legislativa municipal, uma vez que legislaria sobre um assunto de interesse local, conforme estabelece o art. 30, inciso I, da Constituição Federal. Vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

1 - Legislar sobre assuntos de interesse local;

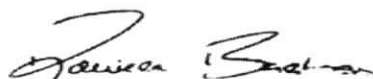
Merece igualmente ênfase o disposto na Lei Orgânica do Município de Natal/RN, a qual dispõe, em seu art. 7, incisos II e X, que: Art. 7º Compete ao Município, concorrentemente com a União ou com o Estado, ou supletivamente a eles.

Outrossim, não se vislumbra qualquer óbice legal ou constitucional que impeça o regular prosseguimento do Projeto de Lei apresentado.

III – DO VOTO

Ante o exposto, o Projeto de Lei reveste-se de boa forma constitucional, legal e de boa técnica legislativa e, no mérito, também deve ser acolhido, razão pela qual está relatoria emite **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto.

Sala das Comissões, 09 de outubro de 2023.



Vereador Relator **RANIERE BARBOSA**



Rilke Barth Amaral de Andrade
Advogado - OAB/RN 8.237